

01 de Novembro de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



COMISSÃO APROVA RELATÓRIO DA MP QUE ATUALIZA MARCO LEGAL DA MINERAÇÃO

Foi aprovado nesta quarta-feira (25) o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a Medida Provisória (MP) 790/2017, que altera o marco legal da mineração. Na versão final, o relator reduziu, de R\$ 2 mil para R\$ 1 mil, o valor mínimo das multas administrativas definidas na MP por infrações ao Código de Mineração, o Decreto-Lei 227 de 1967, que está sendo agora atualizado.

Convertido em projeto de lei de conversão, o texto segue agora para votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados, para depois ir ao Senado. Ainda em relação às multas, o relatório manteve o valor máximo estabelecido na MP, de R\$ 30 milhões. O teto hoje aplicado é de apenas R\$ 2,5 milhões.

Ouro bruto

Na revisão final, Flexa também inclui no texto dispositivo para vedar exportações de ouro bruto, medida destinada a inibir a comercialização informal e o contrabando do mineral. Por sugestão do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), esse ponto será regulamentado por portaria, para evitar eventuais prejuízos às exportações de qualquer outro mineral com presença residual de ouro.

O primeiro relatório foi lido na semana passada, com adiamento da votação após pedido de vista. No total, foram apresentadas 250 emendas à proposta, tendo sido acolhidas pelo relator 59 delas, total ou parcialmente. Editada no fim de julho, a MP 790 já foi prorrogada uma vez, ganhando prazo adicional de 60 dias. A votação final precisa ser concluída até 28 de novembro para a matéria não perca a validade.

Antes da votação, Flexa também reduziu o piso da chamada Taxa Anual por Hectare (TAH), paga pelo detentor de autorização de pesquisa. Antes, ele havia estipulado o mínimo de R\$ 3,00 e o máximo de R\$ 9,00 por hectare (sendo admitida cobrança de valores progressivos em função da substância, extensão e localização da

área, conforme regulamento). Por fim, diminuiu o valor mínimo para R\$ 1,00 por hectare, argumentando que um custo menor ajudará no desenvolvimento de regiões carentes. Pela MP, os valores seriam definidos por regulamento.

Áreas degradadas

Ao justificar a atualização do marco do setor mineral, o governo afirmou que a intenção é reduzir a burocracia e estimular a atividade de exploração mineral. São alterados mais de vinte dispositivos do atual Código de Mineração, que disciplina toda a cadeia de atividades na área, da pesquisa à produção. O código trata das obrigações, concessões de áreas, multas e outras sanções.

Um dos pontos importante da MP editada é a previsão expressa da responsabilidade do minerador de recuperar as áreas ambientalmente degradadas pela atividade. Ele é também obrigado a executar o plano de fechamento da mina, quando houver essa necessidade.

Prazo de pesquisa

A medida provisória também amplia o prazo para a realização de pesquisas minerais, que passa a ser de dois a quatro anos. Hoje, as autorizações são concedidas por prazo de um a três anos. O texto estabelece ainda novo critério para as chamadas “áreas desoneradas”, que são aquelas que estavam ligadas a um direito de pesquisa ou exploração, mas acabam se tornando disponíveis.

A redação proposta pelo governo determina que qualquer fase ou exigência não cumprida pelo titular do direito pode tornar a área disponível para disputa por meio de leilão eletrônico, no qual vence a oferta de maior valor.

Na mesma MP, o governo altera ainda a Lei 6.567/1978, que dispõe sobre regime especial para a exploração e aproveitamento de substâncias minerais. O texto agora deixa claro que o prazo máximo de autorização de exploração será de vinte anos, prorrogável sucessivamente, com base em regras de regulamento administrativo.

Conselho Nacional

O projeto de conversão inclui emenda que trata da criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), órgão que será responsável pela proposição de planos e políticas para a área de mineração, desde a pesquisa à produção. O conselho é vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro das Minas e Energia. Terão assento diferentes pastas ministeriais, os estados e municípios, setor produtivo, trabalhadores e cooperativas de garimpeiros, a academia. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados também serão representados.

Seguro de acidentes

Uma das alterações promovidas pelo relator pode facilitar soluções na eventualidade da ocorrência de acidentes associados a atividades de exploração mineral. Um dispositivo incluído na Lei 12.334 de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, obriga o empreendedor a contratar seguro para cobrir riscos em barragens destinadas a receber rejeitos da exploração, de modo final ou temporário.

Fonte: Agência Câmara Notícias

Data: 25/10/2017



CPRM SE ADEQUA A UM NOVO MODELO DE GESTÃO

Para fazer frente aos desafios impostos por um cenário econômico adverso, que forçou o contingenciamento de recursos, e às exigências legais da nova Lei das Estatais, em vigor desde junho de 2016, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) está promovendo uma modernização no seu modelo de gestão, focado em governança, otimização de processos e parcerias, desenvolvimento tecnológico e busca por novas fontes de receita, visando assim garantir a excelência dos produtos e serviços que a empresa oferece à sociedade.

Nesse contexto, a instituição está implementando o planejamento estratégico 2017-2021 que, além de uma exigência legal, é fruto de um extenso debate coletivo que mobilizou empregados e seus representantes e que contou com o apoio da Fundação Dom Cabral para seu desenvolvimento. Além disso, a empresa também se preocupou em compreender a percepção que a sociedade tem dela, porque entende que está inserida em um mundo globalizado em constante transformação e, portanto, precisa oferecer repostas rápidas e efetivas às demandas, além de estar alinhada às políticas governamentais.

O resultado desse trabalho culminou no Mapa Estratégico da CPRM/SGB 2017-2021, que atualizou a nossa missão e visão de futuro, expressando nosso desejo em ser referência na geração de conhecimento e no desenvolvimento de soluções efetivas em geociências para o bem-estar da sociedade.

As diretrizes definidas também orientam os “valores públicos” que a empresa entrega à sociedade, por meio de seus projetos e ações, relacionados à colaboração para o ordenamento territorial e uso racional dos recursos naturais, prevenção e mitigação das consequências dos desastres naturais, o desenvolvimento das atividades do setor mineral e aumento da disponibilidade hídrica no país. Além disso, as diretrizes também reconhecem a importância fundamental das pessoas nesse processo.

Para as etapas posteriores, a mobilização para uma estrutura baseada em indicadores e metas será acompanhada por um processo de formação de lideranças, que visa capacitar os colaboradores para esse modelo de gestão por resultados. O recém-implantado Escritório de Projetos tem o papel de monitorar os indicadores e metas definidos e busca favorecer o alcance dos objetivos, desdobrando-os em aumento de produtividade e efetividade no investimento dos recursos públicos.

Associado à melhor gestão de processos e pessoas, acompanhamento das metas e maior transparência interna e externa, novos conceitos estão sendo implementados na empresa, cabendo destacar a implementação da área de governança, corregedoria, compliance, gestão de risco, comissão de elegibilidade, código de conduta e integridade e Comitê de Auditoria Estatutário. Essas iniciativas são exigências legais e serão avaliadas por um novo Estatuto Social, em fase de elaboração.

Em outra linha de frente, a empresa assumiu a tarefa de popularizar as geociências no Brasil, sendo o Museu de Ciências da Terra um importante vetor da divulgação desse conhecimento para a sociedade. Além disso, a certificação junto à ANP

proporcionou a CPRM ser reconhecida como entidade de pesquisa e pleitear recursos para aplicação em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A criação do Instituto de Ciências e Tecnologia (ICT) e transformação do CEDES em um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) proporcionará, em breve, o desenvolvimento de estudos avançados em linhas de pesquisa previamente aprovadas pela Diretoria Executiva e na utilização de novas tecnologias, trabalhos que serão realizados em parceria com as áreas técnicas da instituição.

Essas ações, somadas a uma nova visão administrativa, capitaneada pelo programa CPRM Digit@al, consolida o processo de mudança de uma empresa pública que dialoga com a sociedade e empregados, e está conectada com as transformações à sua volta e atendendo as exigências legais.

Fonte: CPRM – ASCOM

Data: 27/10/2017



NEXA, DA VOTORANTIM, ESTREIA EM ALTA NA BOLSA

Em seu primeiro dia de negociação em Nova York e Toronto, a Nexa Resources, nova denominação da Votorantim Metais, chegou perto do preço ao qual queria vender suas ações da oferta inicial pública (IPO, na sigla em inglês). Os papéis subiram 8,75% na Nyse, para US\$ 17,40 cada.

A empresa, uma produtora majoritariamente de zinco, cobre e chumbo – mas com ouro e prata como subprodutos –, pretendia sair nas duas bolsas valendo de US\$ 18 a US\$ 21 cada ação. Fechou com os investidores, entretanto, a US\$ 16. A operação, que envolveu 20,5 milhões de papéis em oferta primária e mais 10,5 milhões de outros em oferta secundária, movimentou US\$ 496 milhões.

Em entrevista ao Valor, o presidente da companhia, Tito Martins, disse que cobre e zinco são, de fato, os dois produtos com melhor perspectiva no portfólio e que não há intenção de desviar para a produção de outros metais. O executivo lembrou que os processos mundiais de renovação de frotas e de urbanização provavelmente sustentarão a demanda no futuro.

O zinco é usado na galvanização do aço, destinado à montagem de carros e à construção. O cobre, por sua vez, é muito utilizado em instalações elétricas.

"Daqui para frente não é só a China que vai determinar a demanda pelo zinco", comentou. "É um processo de urbanização também de outros países asiáticos, influenciados pelo crescimento chinês até agora, e do Oriente Médio e América Latina."

Martins também aposta que a paulatina troca de frotas de carros ajudará na procura pelo aço galvanizado. Na Ásia, por exemplo, ele argumenta que muitos dos veículos não levam o produto, que é mais nobre. A mudança para um modelo de carros elétricos também traz essa perspectiva.

Os dois fatores que ajudam o zinco também podem impulsionar o cobre, segundo principal produto da Nexa. Na construção, compõe fiações elétricas. Nos carros elétricos, é um insumo fundamental. "Temos três projetos novos para serem concluídos em breve. Deles, um é de cobre. É o metal da próxima década."

Os recursos do IPO serão usados para financiar o começo dessa expansão. São três projetos em fase mais avançada: dois no Peru e um em Minas Gerais. Há outro empreendimento peruano ainda em fase inicial de engenharia para mudanças na fundição de Cajamarquilla.

Há ainda sete projetos para serem iniciados do zero, o chamado "greenfield". Todos estão em estágio de exploração ou estudo de viabilidade econômica.

Questionado sobre o fato de o IPO ter saído abaixo da faixa de preço pretendida, Martins disse que não houve problemas, já que toda a operação, inclusive o nível de demanda, saiu exatamente como o esperado.

"Minha perspectiva agora é crescer na produção de zinco e cobre. Conseqüentemente, isso deve aumentar nossa oferta de chumbo. Não pretendo entrar em outros metais", disse Martins. "Alumínio e níquel [que o grupo Votorantim também explora no Brasil] não tinham a aderência necessária a esse pacote oferecido nas bolsas, até por isso ficaram fora."

De diferente após a abertura de capital, além dos recursos para expansão e a percepção de que o custo de capital vai melhorar, para a Nexa haverá pouco. Martins diz que há pelo menos dois anos opera como se já fosse listado em bolsa, em um processo de melhora de governança corporativa do grupo Votorantim e de encaminhamento da área de metais para um IPO.

"Acho que a responsabilidade aumenta, mas já era grande. Agora, a própria Votorantim deve passar por um grande aprendizado", comentou. "Ela já faz parte do grupo de controle da Fibria [produtora de papel e celulose], mas não é majoritária em uma empresa de capital aberto como a nossa agora. As relações são outras."

Fonte: Valor

Autor: Renato Rostás

Data: 30/10/2017



RECOVERING GLOBAL MINERS FACE FRESH SQUEEZE FROM RISING COSTS

Just as global miners recover from an extended downturn and anemic metal prices, the industry faces a fresh challenge: higher costs.

Mining companies, including Newmont Mining Corp, Teck Resources and Barrick Gold Corp, reported increased costs this week in their quarterly earnings, lifted by factors including supplier inflation, firmer currencies and renewed exploration and development spending.

Having just emerged from five years of belt-tightening when metal prices were weak, mining companies want to ensure that the benefits gained from that painful exercise are not lost.

Big miners said this week that they will flex their muscle with suppliers, who sell materials ranging from chemicals and trucks to steel.

"We're going to be exercising all our purchasing power strength to drive those prices down," Barrick's Chief Operating Officer Richard Williams said on a conference call on Thursday, without specifying which suppliers were hiking prices.

Encouraged by a rebound in prices for gold, copper and other metals that picked up steam late last year, miners are once again opening their wallets to spend on exploration and mine development, increasing competition for goods and services, and pushing up those input prices.

Gold prices have climbed 11.5 percent, to \$1,272.80 an ounce from \$1,141.19 in mid-December 2016, while copper has soared 54 percent, to \$3.23 a pound from \$2.10 in late October 2016.

Since miners sell commodities, whose prices are fixed by the market, they cannot immediately pass on the costs to the end customers.

But suppliers like Caterpillar Inc, the world's biggest maker of mining equipment, are reaping the rewards. The company, which this week reported earnings that blew past analyst estimates, expects mining revenue to jump 30 percent this year.

The big five

The production costs of four of the world's five biggest gold miners by market value – Newmont, Barrick, Newcrest Mining Ltd and Goldcorp Inc – rose by an average 7 percent in the third-quarter compared with a year ago, results this week showed. The fifth, China's Zijin Mining Group, did not provide comparable cost figures.

When "you go from a period of very low levels of activity with vendors to an increased level, there's going to be a price impact," said Richard Adkerson, chief executive of Freeport-McMoRan Inc, the world's No. 2 copper miner by market value, on a conference call Wednesday.

Like Barrick, Freeport's size gives it bargaining clout with suppliers, Adkerson said, which should help keep goods and services prices in check.

Stronger currencies in Canada and Australia over the past six months are also lifting costs, such as labor – the sector's biggest minesite input cost, and squeezing margins for companies because sales of commodities are priced in U.S. dollars.

Since May, the Canadian dollar has strengthened by 7 percent and the Australian dollar by 4 percent.

While miners are starting to spend again on exploration and development, analysts expect them to be more cautious than in the 2008-2012 boom, when costs spiraled out of control on several multi-billion dollar projects, including Barrick's Pascua-Lama venture in South America.

"The lack of focus on costs during the last super cycle is still fresh in the minds of mining companies," said Anton Ivanyi, consulting firm EY's British Columbia mining and metals sector leader.

Fonte: Mining

Autores: Susan Taylor e Nicole Mordant

Data: 27/10/2017

MUDANÇAS NO CÓDIGO DE MINERAÇÃO NÃO SÃO BOAS PARA NINGUÉM, NOTA VALE

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que as mudanças em discussão no código de mineração no Congresso não são boas para ninguém.

“A posição da empresa e do setor é que isso [as novas regras em discussão] não são boas para ninguém”, disse o presidente da Vale, em teleconferência sobre desempenho da companhia referente ao terceiro trimestre, anunciado hoje.

Ele disse que a Vale está tentando passar a mensagem que seria melhor ter uma escala decrescente para os royalties cobrados na mineração, do que uma taxa fixa.

As mudanças no código mineral preveem a cobrança de uma alíquota de até 4% para o minério de ferro.

Schvartsman afirmou ainda que a empresa tem o interesse de que a Samarco volte a operar "o mais rapidamente possível".

As operações da Samarco estão paradas desde o acidente com a barragem de Fundão, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, em novembro de 2015. O problema, segundo ele, é que esse retorno à operação não depende da Vale e da BHP Billiton, sócia da brasileira na empresa, mas da concessão de licenças pelo governo.

"O interesse é que a Samarco volte a operar o mais rapidamente possível, mas não temos o controle dessa operação. Não tenho condições de informar quando as licenças serão concedidas. O que posso dizer é que mais cedo ou mais tarde, isso acontecerá", disse Schvartsman.

Segundo o diretor executivo de finanças e relações com investidores da companhia, Luciano Siani, haverá, neste ano saída de caixa de US\$ 450 milhões por conta da Samarco. Para 2018, ele estimou que o desembolso em função da joint venture "ainda será pesado" e comece a reduzir em 2019.

Ainda na teleconferência, Siani afirmou que a venda dos ativos de fertilizantes de Cubatão não acontecerá neste ano. A expectativa é de que a operação seja realizada no primeiro trimestre de 2018.

Fonte: Valor

Autores: Rafael Rosas e Francisco Góes

Data: 26/10/2017

MINERAÇÃO NÃO É MEDIDA PROVISÓRIA

No dia de 26 de julho, foram publicadas no Diário Oficial da União as medidas provisórias 789, 790 e 791, que altera parte da legislação minerária. Entre as modificações, está a extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral e a criação da Agência Nacional de Mineração, a ampliação de valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, entre outras modificações.

O Marco legal da mineração estava em discussão no Congresso nacional desde 2011, quando foi proposto o Projeto de Lei nº 37 de mesmo ano. Mais tarde, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em junho de 2013, o PL 5.807/13, uma nova proposta de marco regulatório na mineração. Este projeto teve 372 emendas apresentadas, e o relator, o Deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), produziu três relatórios, na forma de substitutivos, ao longo do trâmite. Desde o ano passado o texto estava para ser votado na Câmara dos Deputados, mas sequer chegou a ser apreciado no plenário.

Para quem não sabe, a edição de medidas provisórias (MP's) é um mecanismo existente no Brasil no qual o presidente cria provisoriamente uma lei. O período de validade de uma MP é de 60 dias prorrogáveis por mais 60, e, se neste período as MPs não forem votadas pelo congresso, elas perdem a validade e volta a valer a legislação antiga. Porém, se aprovadas, as MPs podem possuir textos e aspectos muito diferentes das propostas originais, além disso, a edição de leis por MPs claramente é um mecanismo pouco democrático e que não permite o devido debate sobre o tema.

Quantas destas MPs serão aprovadas e qual será o texto final? Essa pergunta é difícil de ser respondida visto que somadas, as MPs receberam quase 500 emendas. Ou seja, temos um marco legal da mineração que vale por apenas 120 dias. E qual o maior problema disso?

Você pode não gostar da mineração, mas tudo na nossa vida é feito com bens minerais. Desde o computador que você usa, a sua casa, o prato de comida e a comida que está no prato tem algo da mineração. As rochas e a mineração permitem que tenhamos qualidade de vida. Quando o homem desceu da árvore, a primeira tecnologia que ele desenvolveu foi à pedra lascada, que nada mais é do que utilizar uma rocha como ferramenta. Assim, uma das primeiras atividades do ser humano foi a de minerar.

Um empreendimento de mineração custa muito caro, não tem grandes linhas de financiamento, como o agronegócio, e pode levar de 6 a 10 anos para se iniciar as atividades. Para implementar um empreendimento mineral, são necessários inúmeros estudos geológicos e ambientais. Agora, como qualquer outro investidor, o empreendedor mineral busca, acima de tudo, segurança jurídica. A mudança do marco legal da mineração, através de medidas provisórias, demonstra uma fragilidade legal do setor, pois se foi feito desta forma agora, um governo próximo pode novamente mudar a legislação do setor por MPs.

Quais os efeitos imediatos dessa mudança? Conforme publicado no Correio Braziliense: “Entre as medidas, deve alterar regras de licença ambientais e de fiscalização e ampliar o limite de participação do capital estrangeiro, que hoje é de 49%, até 100% na indústria de mineração”. Ainda na mesma matéria, o jornal traz em outra passagem o seguinte conteúdo: “Para garantir uma receita extra de R\$ 1,5 bilhão, o governo pretende mudar alíquotas de royalties de exploração de minerais, que podem variar de 2% a 4%, e aumentar a arrecadação federal”. Já, segundo o G1, “Temer muda royalties da mineração e prevê arrecadar 80% mais; agência substituirá DNPM”. Veja só! As mudanças por MP tiveram como um dos principais aspectos ampliar a arrecadação, mas a que custo?

Deixo claro aqui que não estou julgando o texto em si, que traz também algumas mudanças positivas, esse artigo é uma crítica ao fato de se modificar uma lei

tão importante por um mecanismo inapropriado e pouco democrático. Não faz sentido publicar um MP quando há um texto para ser votado no Congresso e que trata do mesmo tema. A mineração deve ser tratada de forma séria, além de representar historicamente uma participação direta de cerca de 4% do PIB. A atividade mineral é fundamental para que tenhamos nossas casas, ruas, carros, computadores e todas as outras coisas que usamos no nosso dia-a-dia. A mineração não é medida provisória.

Fonte: Folha Max
Autor: Caiubi Kuhn
Data: 29/10/2017



VOLUMES E PREÇOS AJUDAM VALE A TER RESULTADO 'SÓLIDO' NO 3º TRIMESTRE

A Vale deve divulgar amanhã resultados "sólidos" relativos ao terceiro trimestre do ano, segundo projeções de analistas de bancos de investimento e de corretoras ouvidos pelo Valor. O desempenho será garantido por maiores volumes de venda e por preços realizados mais altos no minério de ferro, o principal produto da companhia. Também deve pesar para o bom resultado a redução de custos e melhorias no negócio de metais, incluindo níquel e cobre. Levantamento feito com seis instituições financeiras aponta para uma receita média de US\$ 9,35 bilhões de julho a setembro, 28% acima dos US\$ 7,32 bilhões do mesmo período do ano passado.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deve ficar em US\$ 4,4 bilhões, segundo a projeção média dos seis bancos, aumento de 46% sobre os US\$ 3 bilhões do período julho a setembro de 2016. O lucro líquido previsto para a Vale pelas seis casas de análise no terceiro trimestre ficou, na média, em US\$ 2,65 bilhões, alta de 360% sobre igual período de 2016.

Em termos sazonais, a produção da Vale no terceiro e no quarto trimestres costuma ser mais forte. Na semana passada, a mineradora anunciou recorde de produção trimestral, com 95,1 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre e aumento do teor médio de ferro, o que se traduz em prêmios sobre os preços de referência no mercado. Na visão de analistas, a Vale avança para reduzir a diferença entre os volumes produzidos e os volumes vendidos nos próximos trimestres.

O Bradesco estimou, em relatório, que a Vale deve ter um terceiro trimestre "sólido" garantido por maiores volumes e preços mais altos no minério de ferro. O banco calcula receita de US\$ 9,16 bilhões, Ebitda de US\$ 4,35 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,81 bilhões para a Vale no terceiro trimestre. O banco previu que os embarques de minério de ferro da Vale possam crescer 7% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, desempenho garantido pelo crescimento da produção do S11D, em Carajás, no Pará, e por melhores preços realizados pela empresa no minério de ferro. Essas condições devem se traduzir em aumento do Ebitda no trimestre.

A corretora Itaú BBA prevê embarques de 90 milhões de toneladas de minério de ferro no terceiro trimestre, 3,4% acima das 87 milhões de toneladas do mesmo período do ano passado. A corretora estimou que os preços realizados pela Vale

para os finos de minério de ferro, o principal produto, alcance US\$ 64,9 por tonelada, acima dos US\$ 50,2 por tonelada do segundo trimestre do ano.

O preço de referência do minério no mercado à vista da China, com teor de ferro de 62%, situou-se em US\$ 71,04 por tonelada no terceiro trimestre, acima dos US\$ 62,9 por tonelada do segundo trimestre, mas abaixo dos US\$ 85,6 por tonelada do primeiro trimestre.

A Itaú BBA espera receita de US\$ 8,9 bilhões no terceiro trimestre do ano, Ebitda de US\$ 4,3 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,42 bilhões. A corretora também disse estimar melhoria nos resultados do negócio de metais básicos, segmento ajudado pela alta de volumes e de preços do níquel e do cobre sobre o segundo trimestre.

O BTG Pactual falou em resultados "fortes" para a Vale no terceiro trimestre, resultado ajudado pela realização de preços no minério de ferro e pela venda de produtos com menor teor de sílica, contaminante que implica descontos. O BTG previu receita de US\$ 9,9 bilhões, Ebitda de US\$ 4,7 bilhões e lucro líquido de US\$ 3,3 bilhões. O Morgan Stanley espera receitas de US\$ 9,1 bilhões, Ebitda de US\$ 4,18 bilhões e lucro de US\$ 2,16 bilhões. Outros dois bancos ouvidos preferiram não ter nomes divulgados.

Fonte: Valor

Autor: Francisco Góes

Data: 25/10/2017

ISTOÉ

RELATÓRIO PROPÕE ALÍQUOTA DE 30% DE IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

As exportações de minério brasileiras poderão ser taxadas em 30% para compensar as perdas dos Estados com a desoneração de ICMS sobre vendas ao exterior. A proposta foi incluída no relatório do projeto que regulamenta os repasses da chamada Lei Kandir, apresentado nesta terça-feira, 31, pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT) na comissão mista criada para discutir o tema. Foi dada vista coletiva aos integrantes da comissão e a previsão é que o relatório seja votado somente a partir da próxima semana.

A Lei Kandir, de 1996, isentou do pagamento de ICMS produtos e serviços ligados à exportação e previu que os Estados seriam recompensados. Os valores repassados, porém, nunca foram regulamentados e são alvo de disputa entre Estados e União. No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de um ano para que o Congresso Nacional regulamentasse os pagamentos e o Legislativo corre agora para tentar aprovar um projeto até o início de dezembro.

A proposta do senador Fagundes estabelece o repasse anual de R\$ 9 bilhões aos Estados exportadores, corrigidos anualmente pela inflação medida pelo IPCA. O valor estaria acima do que vem sendo repassado pela Lei Kandir e pelo fundo de apoio à exportação (FEX), previsto na lei.

Neste ano, os dois valores têm orçamento de R\$ 3,8 bilhões, mas o pagamento do FEX é discricionário e é muitas vezes contingenciado pelo governo, que chegou a não repassar valor algum do fundo em anos anteriores. "Hoje temos total

instabilidade, o governo paga se quiser e quando quiser”, afirmou Fagundes ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Como o projeto dificilmente será aprovado antes da votação do Orçamento de 2018, o senador apresentou uma emenda prevendo R\$ 5 bilhões para o FEX no próximo ano, que seriam somados a R\$ 1,9 bilhão, da Lei Kandir. A emenda ainda não foi apreciada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Com o Orçamento da União próximo ao teto dos gastos, o senador teve que incluir uma previsão de receita para o pagamento dos recursos, que deverá vir principalmente do aumento da alíquota do Imposto de Exportação sobre minérios. A previsão é arrecadar R\$ 6,5 bilhões com a taxação, que deverá causar polêmica no setor, que tem tido bom desempenho nas vendas ao exterior.

Passivo

O relatório do senador Fagundes não prevê uma solução para o alegado passivo dos Estados em relação a esses repasses. Os Estados afirmam que o governo só pagou 17,8% do devido entre 1992 e 2016, e que haveria um passivo de R\$ 548,78 bilhões relativos ao período. O governo diz que o pagamento desses montantes não é obrigatório, já que não há regulamentação do FEX até o momento.

De acordo com o senador, isso não será discutido neste momento para não inviabilizar a votação do projeto. “Isso pode ser incluído em outros processos, mas temos que aprovar a regulamentação agora para evitar que o cálculo fique para o Tribunal de Contas da União (TCU), como prevê a decisão do STF”, disse.

O relatório prevê que os R\$ 9 bilhões serão distribuídos da seguinte forma: 75% para os Estados e 25% para os municípios. O rateio será feito de forma a assegurar que nenhum ente receba, nos próximos exercícios, menos do que o que recebeu em 2016.

Fonte: Isto É

Data: 31/10/2017



DNPM PUBLICA O INFORME MINERAL DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

DNPM apresenta os indicadores e o comportamento da indústria mineral no país para o primeiro semestre de 2017

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) disponibiliza a publicação “Informe Mineral do primeiro semestre de 2017”, cujo acesso e download podem ser feitos por meio do endereço eletrônico: www.dnpm.gov.br.

Nesta publicação estão descritos temas do setor mineral, como o nível de produção mineral, o comércio exterior, o mercado de trabalho e a arrecadação da CFEM/TAH no primeiro semestre de 2017.

Em destaque, a publicação mostra que no primeiro semestre de 2017 a produção mineral brasileira, medida pelo Índice de Produção Mineral (IPM), teve um aumento de 5,5%, quando comparado ao mesmo período de 2016. Acompanhando este

indicador, o nível de empregos formais na indústria extrativa mineral apresentou um aumento de 0,1%, os valores das exportações, das importações e do saldo do comércio exterior da indústria extrativa mineral mostraram aumentos, respectivamente, de 48,8%, 46,9% e 66,1%, em relação ao primeiro semestre de 2016. Por outro lado, a arrecadação da Compensação Financeira por Exploração de Recursos Minerais (CFEM) reduziu em 9,6% e a Taxa Anual por Hectare (TAH) apresentou uma queda de 24,4% em relação ao primeiro semestre de 2016.

Maiores informações podem ser obtidas na publicação completa do Informe Mineral - [clique aqui](#).

Fonte: DNPM

Data: 01/11/2017



PROJETOS DA UFMG SOBRE MINERAÇÃO SERÃO FINANCIADOS PELA FAPEMIG

De acordo com a Universidade Federal de Minas Gerais, serão destinados R\$ 25 milhões a 21 grupos de excelência, pertencentes à Rede de Pesquisa, que reúne pesquisadores de diferentes laboratórios e centros de pesquisa de todo o Estado

O Projeto "Rede de Materiais e Processos de Alto Desempenho de Base Mineral", coordenado pelo professor Hélio Duarte, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é um dos selecionados para serem financiados pela chamada 9/2016, que apoia as Redes de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Entre os seis objetivos específicos do projeto está a geração de tecnologias para a recuperação de elementos terras-raras (ETR).

Os outros objetivos se referem também à geração de tecnologias, só que são voltadas para a produção de metais de alta pureza e portadores de futuro; para a separação de sulfetos minerais e a produção de enxofre; de produção de materiais para o tratamento de água e de efluentes; para remover e imobilizar arsênio de efluentes e de produção de materiais para produção de energia.

"A rede RENOVAMin - Materiais e Processos de Alto Desempenho de Base Mineral - propõe agregação de valor e desempenho ambiental aos processos de base mineral, com respostas claras aos desafios contemporâneos do setor bem como às chamadas do governo e da sociedade. A geração de produtos mais intensivos em tecnologia e a minimização dos impactos ambientais constituem duas das principais demandas da sociedade e um gargalo para a licença social", afirma o resumo do projeto, enviado por Duarte ao Notícias de Mineração Brasil (NMB).

Segundo o documento, a proposta da rede está inserida nas premissas do Inova Mineral, iniciativa conjunta da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da Nova Mineração, concebido pela Fapemig, com seus desdobramentos por meio do Minas e Mineração do Séc XXI, do governo de Minas por meio do Indi e da Codemig, com vistas ao uso eficiente dos recursos naturais e a agregação de valor aos recursos e produtos de base mineral.

"Um dos diferenciais da RENOVAMin é seu foco nos minerais não ferrosos e preciosos, estratégicos e portadores de futuro. Além da sua maior complexidade em relação à mineração de ferro e seu maior potencial de impacto ambiental, esse grupo de minérios é aquele que oferece a maior oportunidade de agregação de valor aos rejeitos e de geração de subprodutos. A rede agrega diferentes expertises no estado de Minas Gerais líderes em suas áreas de atuação, vários dos quais mantêm há mais de 10 anos colaboração científica efetiva - demonstrada através de publicações em periódicos de impacto - parcerias consolidadas com o setor público e industrial, e larga experiência com projetos em colaboração internacional", diz o resumo do projeto.

Segundo o documento, os desafios para a competitividade do negócio criam uma fonte de demandas por novos materiais de base mineral e de processos cada vez mais eficientes. "Esta eficiência deve nortear o uso dos recursos minerais (e.g. minérios, água e energia), a transformação das regiões mineradoras para a sustentabilidade do território e a busca de aplicações para os produtos ou resíduos gerados, agregando valor e maior desempenho ambiental aos processos utilizados", afirma.

Também foi aprovado o projeto "Plataforma de Produtos Tecnológicos a Partir de Rejeitos da Mineração de Ferro", coordenado por Rochel Montero Lago, da UFMG.

Programa Redes de Pesquisa

O programa Redes de Pesquisa, mantido pela Fapemig há mais de 10 anos, destaca-se por estimular o compartilhamento de dados e a colaboração entre os pesquisadores. Para consultar os outros projetos que foram selecionados na chamada, [clique aqui](#).

Fonte: Notícias de Mineração

Data; 31/10/2017



QUANTUM COMPUTING TURNING TO COPPER

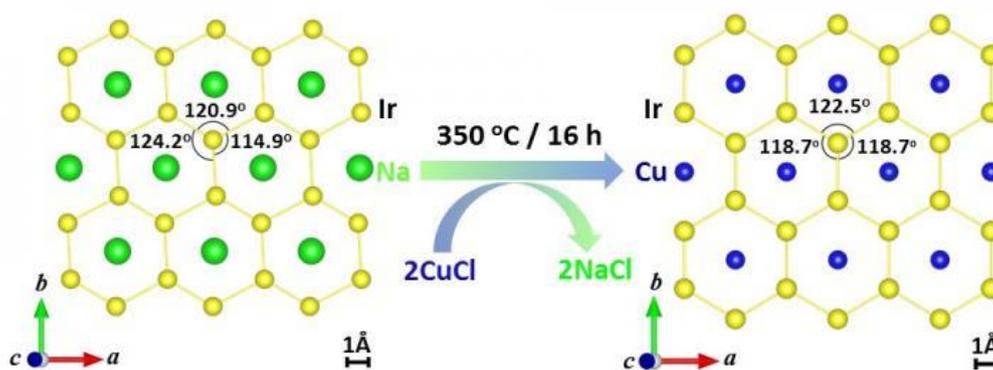
In order to store new quantum data that can be processed by quantum computers, scientists from Boston College and Harvard are exploring the possibilities that copper offers.

In a new report published in the Journal of the American Chemical Society, physicist Fazel Tafti explains how he and his team created an elusive honeycomb-structured material capable of keeping the quantum state of individual atoms from changing or decaying, which is crucial to store quantum information long-term.

"The first-of-its-kind copper iridate metal oxide – Cu_2IrO_3 – is one where the natural magnetic order is disrupted, a state known as geometric frustration," Tafti said in a press release related to the study.

The copper iridate is an insulator – its electrons are immobilized in the solid – but they can still transport a magnetic moment known as "spin." The transport of free spins in the material allows for a flow of quantum information.

The research is based on what is known as the Kitaev model, which was developed a decade ago and states that a hexagonal honeycomb structure offered a promising route to geometric frustration and therefore, to quantum spin liquid.



However, only two honeycomb lattice have been successfully developed in an attempt to fulfill Kitaev's model: a lithium iridate (Li_2IrO_3) and a sodium iridate (Na_2IrO_3). "Yet both fell short of achieving an ideal spin liquid due to magnetic ordering," Tafti said.

That is why he and his colleagues turned to copper, which they concluded had the ideal atomic size for their purposes, since it is between lithium and sodium. Plus, their studies in x-ray crystallography found subtle flaws in the honeycombs formed in the iridates of the two latter elements. Thus, the team swapped copper for sodium and the shift produced the first oxide of copper and iridium.

"Copper is ideally suited to the honeycomb structure [because] there is almost no distortion," he concluded.

Fonte: Mining

Autora: Valentina Ruiz Leotaud

Data: 26/10/2017



COBRE REGISTRA ALTA DE 50% NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mineral é visto como termômetro da economia do setor no mundo, mas ainda pode cair, de acordo com demandas chinesas.

De acordo com dados divulgados pela agência Bloomberg Commodity Index, os preços do cobre subiram mais de 50% nos últimos 12 meses, com números maiores do que os registrados nos últimos três anos.

O metal é visto por muitos especialistas como um termômetro da indústria mineral, indicando se as commodities de outros minerais ficarão em alta ou em baixa. Os valores do cobre refletem um crescimento sincronizado entre as maiores economias do mundo.

O grupo financeiro Goldman Sachs subiu sua projeção de 12 meses em 28%, para US\$ 7.050 a tonelada, segundo relatório divulgado na terça-feira (24). "Os mercados não apreciaram plenamente a natureza sincronizada do crescimento global e os riscos menores de queda da China", explica documento da empresa.

Enquanto empresas como a Goldman Sachs depositam sua expectativa no mineral, outras se mantêm céticas, como o banco britânico Barclays. O analista do banco, Dane Davis, disse, em nota, que havia algo “definitivamente estranho nesse rali”, pois espera-se que os preços voltem a cair quando os estoques da China, maior consumidora do mundo, começar a se recuperar.

Fonte: Revista Mineração e Sustentabilidade

Autor: Bruna Nogueira

Data: 25/10/2017



AUSTRÁLIA SE PREPARA PARA DOMINAR MERCADO MUNDIAL DE LÍTIO

A Austrália pode ser tornar de vez o maior produtor mundial de lítio, posição que hoje divide com o Chile. De acordo com a CRU Group, quase 60% da oferta dos grandes projetos planejados para os próximos cinco anos está no país

Uma pequena região na região norte da Austrália, que também é rica em minério de ferro, é onde ocorre a disputa global pelo lítio. O minério tem uma crescente demanda dos fabricantes de baterias para veículos elétricos.

Caso os projetos indicados pela CRU Group se concretizem, a Austrália irá se consolidar o domínio sobre o mercado de lítio. As maiores minas que começarão a produzir no ano que vem ficam a cerca de 120 quilômetros de Port Hedland, a porta de acesso para os mercados da China.

A Pilbara Minerals tem como meta começar os embarques de seu projeto de Pilgangoora no segundo trimestre de 2018 e está avançando com as obras relativas a uma possível expansão. A vizinha Altura Mining afirma estar dentro do cronograma para começar a produzir no primeiro trimestre e também está se preparando para aumentar rapidamente a produção.

Junto da mina de Wodgina, da Mineral Resources, o maior depósito de lítio em hardrock conhecido até o momento, esses e outros projetos formam um conjunto emergente de produção global, segundo a Altura e a Pilbara.

Se as expansões dos projetos avançarem como está planejado, a região "seria o maior centro de produção do mundo", disse o CEO da Pilbara, Ken Brinsden, ontem (26). "Na minha opinião, isso aconteceria no começo ou em meados da década de 2020", declarou.

A crescente demanda chinesa por baterias de íon-lítio, necessárias para os veículos elétricos, está dando impulso aos preços do minério. Mais da metade dos carros novos vendidos e um terço da frota global de veículos será elétrica até 2040, disse a Bloomberg New Energy Finance em um relatório em julho.

Mesmo que a longo prazo surjam novas fontes de abastecimento, a Austrália continuará dominando, segundo projeções da Bloomberg New Energy Finance. O país representará cerca de 37% da produção em 2027, acima da participação de 18% da Argentina, afirmou em um relatório neste mês.

Contudo, o Macquarie Group alertou que existe uma perspectiva de baixa para os preços do lítio a curto e médio prazo, com "muitos produtores australianos de rocha se aglomerando" com projetos novos. O crescimento vertiginoso está ameaçando criar um período de excesso de oferta antes que o aumento da demanda por veículos elétricos absorva o excedente a partir de 2021, aproximadamente, disse o banco em uma nota neste mês.

Mesmo com uma onda de oferta nova, incluindo a australiana, o mercado de lítio provavelmente continuará ajustado, com uma perspectiva de demanda mais forte do que o previsto, de acordo com Lachlan Shaw, analista do UBS Group em Melbourne. "Houve um aumento da oferta neste ano e os preços do lítio não pararam de subir", disse ele. "O mercado provavelmente está subestimando a demanda", afirmou.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 27/10/2017

ESTADO DE MINAS

PREFEITURA DE MARIANA VÊ NOVA MINERADORA COMO SAÍDA PARA MELHORAR FINANÇAS

Diante do rombo de R\$ 10 milhões anuais nos cofres da administração, prefeitura enxerga a possibilidade de atuação de nova mineradora como uma saída para reequilibrar as contas

Enquanto a Fênix Mineração quer extrair ouro desviando o curso do Rio Gualaxo do Norte, em Mariana, na Região Central do estado, a prefeitura da cidade histórica se vê imersa em problemas financeiros, diante da queda na arrecadação, dois anos depois do rompimento da Barragem de Fundão. Com R\$ 10 milhões a menos nos cofres depois da paralisação das atividades da Samarco, a cidade está ávida por recursos, mas a administração afirma seguir os mesmos trâmites anteriores à tragédia para avaliar a mineração. O prefeito, Duarte Júnior, já assinou uma declaração de conformidade para que a Fênix busque as licenças ambientais necessárias para desenvolver a mineração de ouro no manancial já impactado pela lama, com base em uma autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (Codema).

A aposta do prefeito para sair do sufoco é a votação do Código Ambiental do município, texto com 300 artigos que está emperrado há quatro meses na Câmara Municipal de Mariana. O documento pretende ampliar a atuação da prefeitura, principalmente com relação à fiscalização das atividades que impactem o meio ambiente, e garantir contrapartidas ao município, financeiras ou ambientais. Enquanto isso não ocorre, a entrada de empresas na cidade, independente do ramo de atuação, é vista como chance de reequilibrar as contas.

Análise

Antes de o prefeito assinar a carta de conformidade que consta no processo de licenciamento prévio e de instalação da mineradora de ouro Fênix, houve apreciação do tema pelo Codema. Em uma das reuniões, de dezembro do ano passado, a conselheira Maria de Fátima Mello foi contra o empreendimento, por entender que o

retorno é baixo para uma atividade perigosa e danosa ao meio ambiente. Em uma segunda reunião, em março deste ano, os conselheiros aprovaram o empreendimento. Na ocasião, Maria de Fátima não esteve presente.

Duarte Júnior disse que a declaração da prefeitura cumpre os preceitos administrativos para andamento do processo. Para ele, a análise ambiental cabe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que deve avaliar se há algum risco para o Rio Gualaxo diante dos dois desvios previstos. “Não tenho esse conhecimento técnico e acredito que, se houver risco, é óbvio que a Semad não deve autorizar”, afirma.

O prefeito de Mariana, Duarte Júnior, destaca que é importante levar a tragédia de Mariana em consideração na hora de avaliar novos empreendimentos, mas ele acha que não é possível barrar ações que aumentem os recursos do município. “A gente entende que tudo o que possa estar dentro das normas legais, não vamos nos opor. Sempre fomos um município minerador. E, se estiver dentro das normas, sem danos à população, não vamos nos pautar dessa forma, pelo que ocorreu”, diz o prefeito.

Segundo o chefe do Executivo municipal, com a paralisação da Samarco, a arrecadação anual com a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cefem) caiu de R\$ 27 milhões para R\$ 17 milhões, com impacto em serviços essenciais, como a escola integral. O secretário municipal de Meio Ambiente, Rodrigo Carneiro, admite que a carta de aceitação do projeto de mineração de ouro, obrigatória para o avanço do licenciamento ambiental, levou em consideração “tudo o que a cidade estava passando com a falta de tributos”. O secretário também afirma que o desvio previsto no curso do Rio Gualaxo vai, na realidade, retomar condições que o manancial tinha antes da inundação pela lama.

O professor Alberto Fonseca, do Departamento de Engenharia Ambiental da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), acredita que o fato de o Rio Gualaxo do Norte ter sido praticamente soterrado pela lama da Samarco não cria necessariamente uma barreira para a atividade minerária no local. O que mais preocupa o especialista em análises de impactos ambientais é o que vai ocorrer depois da saída da mineradora do local, caso ela realmente obtenha autorização para retirar ouro da região.

"Infelizmente, a história brasileira tem mostrado uma situação preocupante, pois é muito frequente que a proposta de mitigação e compensação de impactos não seja desenvolvida plenamente", afirma Fonseca. O resultado disso, conforme o professor, é a ausência de sanções que imponham barreiras ao funcionamento das empresas e, por isso, o futuro dessas áreas mineradas, normalmente, é de degradação.

Ações

Engenheiro geólogo que atua como consultor da Fênix, Carlos Henrique Ramos Mello ressalta que todo o impacto gerado tem medidas de controle previstas, que serão analisadas pela Semad, que pode solicitar ainda outras ações, caso entenda que o que está nos estudos não seja suficiente. “É muito importante destacar que não vai ter atuação da empresa se houver qualquer descaracterização do que ficar acordado. Tudo que for posto em papel vai ser cumprido”, sustenta.

A área que a Fênix pretende atuar tem 23 hectares, segundo a empresa, e pertence à Fazenda Gama, propriedade que fica na zona rural de Mariana. Para

conseguir a autorização de uso do terreno para tocar o processo de licenciamento, a Fênix teve que recorrer à Justiça, já que a real dona da fazenda, a Saint Gobain Canalizações, não se manifestou sobre os pedidos da mineradora.

O Estado de Minas procurou a Samarco e a Fundação Renova, entidade responsável pela reparação dos danos ao meio ambiente causados pela tragédia de Mariana, para que se manifestassem sobre o assunto, mas ambas informaram que não têm relação com o processo de licenciamento ambiental da Fênix e não quiseram se pronunciar. O EM também entrou em contato com o Ministério Público de Minas Gerais, com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e com a Saint Gobain Canalizações, que não responderam aos questionamentos.

O OURO QUE AMEAÇA O RIO

Confira detalhes de como a Fênix Mineração pretende tirar o minério do Rio Gualaxo do Norte, entre Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

Método usado: dragagem em cava aluvionar

Consiste na abertura de cavas com uma escavadeira hidráulica. O material retirado é levado para máquinas nas quais o metal precioso é lavado e separado, para depois ser beneficiado por empresas especializadas

A empresa pretende fazer dois desvios no curso do manancial em diferentes momentos

Na abertura da primeira cava, o material retirado será colocado em pilhas de dois metros de altura

A partir da segunda cava, todo material retirado será usado para preenchimento da cava anterior, de forma que quando a última cava for fechada não haverá sobras de nenhum tipo de material, segundo o plano da empresa



O beneficiamento do minério será feito fora do local, por empresas especializadas, por isso não há possibilidade de uso de mercúrio

MONITORAMENTO DO MEIO AMBIENTE

CONFIRA QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E O QUE A FÊNIX MINERAÇÃO PREVÊ DE MEDIDAS DE CONTROLE PARA O EMPREENDIMENTO:

1

ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA

- Possibilidade de carreamento de resíduos pela lavagem do material lavrado e exposição dos solos que ficam suscetíveis à ação das águas pluviais

CONTROLE:

- Criação de sistema de drenagem pluvial para direcionar os efluentes para pequenas bacias de decantação
- Limpeza das bacias de 15 em 15 dias
- Monitoramento da qualidade da água do Rio Gualaxo

2

INTERRUPÇÃO DA REGENERAÇÃO VEGETAL

- Como a operação prevê atuação em cava aluvionar, será necessário intervir na APP do Rio Gualaxo, impedindo que a vegetação seja recomposta nesse ponto

CONTROLE:

Formalização de um processo de intervenção em APP, com compensação em uma área de igual tamanho na mesma bacia ou microbacia da área afetada

3

AFUGENTAMENTO DA FAUNA

- A operação das cavas vai gerar efluentes líquidos, ruídos e poluição atmosférica que podem expulsar espécies da região do empreendimento

CONTROLE:

Monitoramento durante a operação para verificar como os animais estão se restabelecendo

Fonte: Estado de Minas

Autores: Guilherme Paranaíba e Flávio Ribeiro

Data: 30/10/2017



JANGADA ENCONTRA VANÁDIO NO CEARÁ

A Jangada Mines disse que as amostras retiradas de afloramentos dentro da área do projeto de metais do grupo da platina Pedra Branca, no Ceará, apresentaram ocorrências de vanádio

Segundo nota divulgada na segunda-feira (23), a mineradora obteve resultados positivos para mineralização de alto teor para vanádio, titânio e ferro. As cinco amostras retiradas de afloramentos mostraram teores médios de 0,33% de vanádio, 5% de titânio e 53% de ferro. "Teor e química da rocha nas amostras apresentam baixa e constante variância", diz a nota.

Cerca de 20 quilos de amostras foram enviados para testes metalúrgicos e de caracterização nos Laboratórios Nomos, no Rio de Janeiro. O depósito de vanádio está associado a uma grande anomalia magnética identificada pela Anglo American Platinum Exploration em 2015. O preço do vanádio teve alta de 150% nos últimos 12 meses, mostram dados da Metal Bulletin.

"Além dos recursos já quantificados de PGM [metais do grupo da platina], cobalto, níquel, cobre e cromo na Pedra Branca, os resultados de vanádio demonstram o potencial de exploração significativo das 44 licenças de exploração nos 55.000 hectares que a Jangada possui na região. As possibilidades do projeto são encorajadoras: pelo menos, 11 outros alvos de PGM também foram confirmados pela sondagem e constituem a base para aumentar significativamente os recursos de 1 milhões de onças PGM + Au", disse Brian McMaster, presidente do conselho da Jangada, em nota.

"O vanádio é particularmente animador, dado o seu uso crescente em baterias de fluxo redox vanádio de grande escala para armazenamento de energia solar e eólica e demanda tradicional contínua das indústrias de alta tecnologia e siderúrgica. O preço do pentóxido de vanádio aumentou 500% desde janeiro de 2016 e atualmente está sendo comercializado em cerca de US\$ 8,50/lb", disse ele.

No início de outubro, a Jangada informou a melhoria de classificação dos recursos do projeto. Agora, 77% dos recursos estão na categoria indicado e medido e devem ser convertidas em reservas econômicas até a finalização do estudo preliminar de viabilidade. De acordo com a mineradora, antes disso o estudo econômico inicial (Scoping Study, em inglês) deve ser concluído a médio prazo.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 25/10/2017

Bloomberg

CARROS ELÉTRICOS PODEM IMPULSIONAR BOOM NO MERCADO DE NÍQUEL

A Glencore e a Trafigura Group quase nunca têm a mesma opinião, mas há uma coisa em que estão de acordo: o mercado do níquel mudará com o boom dos carros elétricos.

O sulfato de níquel, um ingrediente fundamental das baterias de íon-lítio, verá sua demanda crescer em 50 por cento, para 3 milhões de toneladas até 2030, disse Saad Rahim, economista-chefe da Trafigura, em entrevista. Outros metais usados em baterias, como o cobalto e o lítio, mais do que dobraram desde o começo do ano passado, mas os preços do níquel foram moderados devido aos grandes estoques.

"Do ponto de vista estrutural, deveríamos começar a ficar otimistas agora", disse Rahim. "Será possível satisfazer a demanda quando o momento chegar, considerando a insuficiência de investimento na oferta?"

Sua visão coincide com a perspectiva da Glencore, que recentemente disse aos analistas que a produção de níquel teria que aumentar 1,2 milhão de toneladas até 2030, mais da metade da produção global atual, para acompanhar a demanda do setor de baterias. Atualmente, os preços mais do que dobram o custo de extração do metal para a Glencore.

É uma mudança de ânimo surpreendente para um mercado com uma reputação desastrosa. O níquel foi durante anos um empecilho para a Glencore, que arcou com operações deficitárias após adquirir a Xstrata. Em 2015, ela vendeu uma mina de níquel na Austrália, comprada pela Xstrata por US\$ 2,4 bilhões em 2007, por apenas US\$ 19 milhões.

"O setor de níquel tem sido uma espécie de fracasso desde mais ou menos 2007", disse Oliver Ramsbottom, sócio da McKinsey & Co. em Tóquio, em entrevista por telefone.

Queda

A indústria de baterias poderia reviver a prosperidade das mineradoras mais de uma década após o colapso do níquel, que caiu de um pico de US\$ 51.600 por tonelada em 2007, quando a Indonésia e as Filipinas começaram a inundar o mercado de oferta de baixa qualidade. O níquel atualmente é cotado a US\$ 11.870, uma alta de 18 por cento no ano.

As baterias futuras provavelmente usarão mais níquel e menos cobalto, disse Rahim. Os preços do cobalto dispararam e a maior fonte de oferta é a República Democrática do Congo.

Contudo, alguns analistas se mostram céticos quanto à realização dos cenários otimistas. Os veículos elétricos ainda são um setor de nicho e o excesso de níquel continua sendo uma ameaça, com os estoques atuais quatro vezes maiores do que desde o começo de 2012.

A Indonésia autorizou sua maior produtora a exportar mais minério de níquel. As Filipinas também falaram em suspender uma proibição de mineração a céu aberto, gerando preocupação com um aumento da oferta.

"Durante anos o mercado descartou completamente a ideia de que algo positivo poderia acontecer com o níquel", disse Ingrid Sternby, analista de pesquisa da Blenheim Capital Management LLP, em uma entrevista em Londres. "Com os recentes anúncios sobre a Indonésia e as Filipinas, é fácil ver por que o mercado ainda é assustador e por que as pessoas não querem se envolver".

Fonte: Bloomberg

Autores: Mark Burton e Jack Farchay

Data: 31/10/2017

CORREIO BRAZILIENSE

GARIMPEIROS ATACAM IBAMA NO AM

Tropas do Exército e Policiais Federais reforçaram a segurança no município de Humaitá, na região sul do Amazonas, após as sedes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) terem sido incendiadas na última sexta-feira.

A polícia trabalha para identificar os suspeitos, que estariam em um grupo de garimpo ilegal. O Ibama e o ICMBio realizaram, na semana passada, com o apoio do Exército, da Marinha e da Força Nacional de Segurança, uma grande operação de combate ao garimpo no Rio Madeira, que banha os estados de Rondônia e dos Amazonas. Os ataques incendiários duraram horas e foram registrados em redes sociais por pessoas que moram próximas à sede do Ibama. Uma pessoa ficou ferida.

Além da destruição das edificações, os garimpeiros atearam fogo em sete caminhonetes utilizadas pelo Ibama para fiscalização, um caminhão e um barco do ICMBio. Durante uma manifestação, houve confronto e troca de tiros entre garimpeiros e policiais. De acordo com informações divulgadas pelo Jornal Nacional, um homem que voltava do trabalho foi baleado na barriga, passou por cirurgia e o estado clínico dele é estável.

O secretário de segurança do Amazonas, Bosco Saraivam afirmou que o trabalho dos investigadores se concentra, agora, na identificação dos autores dos ataques. "Está em curso para que possamos levantar e entregar ao governador um relatório minucioso dando conta dos responsáveis por esse evento entristecedor, violentíssimo, e para que o governo tome as providências adequadas", ressaltou.

Fonte: Correio Braziliense

Autor: Ezequiel Trancoso

Data: 29/11/2017